

UMA EXPERIÊNCIA DA CAVALARIA MECANIZADA NO COMPLEXO DA MARÉ

Capitão Márcio Evandro Rohling

O Capitão de Cavalaria Rohling é o oficial operações do 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado, sediado em Santa Rosa – RS. Pertence à turma de 2002 da Academia Militar das Agulhas Negras. Participou da Operação São Francisco II, no período de 1º de junho a 31 de julho de 2014, como comandante do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado da Força de Pacificação Niederauer, constituída pela 6ª Brigada de Infantaria Blindada. Após essa missão, comandou o Esquadrão de Cavalaria do 21º Contingente do Batalhão Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre os meses de dezembro de 2014 e maio de 2015 (rohling2011@gmail.com).



O emprego do Exército Brasileiro (EB) em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) tem sido uma constante na história da nossa nação [1]. Embora o emprego desse recurso para a manutenção da segurança pública seja controverso, a atuação das forças armadas nessas situações, em especial no Rio de Janeiro, tem trazido importantes considerações e ensinamentos válidos para o aprimoramento da doutrina militar terrestre. Este artigo aborda algumas experiências e aprendizados colhidos durante o período em que o autor participou da Operação São Francisco II no Complexo da Maré, a partir do mês de junho de 2014, tendo como foco específico o emprego do esquadrão de cavalaria mecanizado (Esqd C Mec) oriundo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda C Mec) [2]. As conclusões indicam que o sucesso na aplicação do poder militar terrestre, em uma operação de apoio a órgãos governamentais como essa, impõe que a tropa seja capaz de rapidamente adaptar-se ao *modus operandi* dos agentes perturbadores da ordem pública (APOP) em presença. Nesse mister, o destaque recai sobre a capacidade

de rápido processamento das observações e informações coletadas durante a operação – atividades inerentes ao emprego de tropa de cavalaria.

O ENQUADRAMENTO DO ESQD C MEC NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO

“Lamento a morte de inocentes e até de marginais. É uma situação ainda desse Rio de Janeiro que queremos pacificar. A Maré será a próxima pacificação” Governador Sérgio Cabral [3].

Em julho de 2013, confirmou o governador do Rio, Sérgio Cabral, que a próxima região da capital carioca a receber uma unidade de polícia pacificadora (UPP) seria o Complexo da Maré, na zona norte da cidade [4]. Em meados de fevereiro de 2014, unidades e policiais militares da chamada polícia pacificadora do Estado passaram a ser atacados com armamentos diversos, inclusive granadas de mão. As investigações indicaram que a ordem partira da facção Comando Vermelho, ligada ao tráfico de drogas e baseada, entre outros locais, em duas comunidades da Maré. Em razão dessa onda de violência, o secretário de segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, anunciou, na tarde do dia 24 do mesmo mês, que o Estado iria ocupar o conjunto de favelas da Maré e, em seguida, transferir as operações ao Exército. “A Maré é um grande território de dominação do tráfico de drogas. A nossa resposta é fazer com o que o tráfico perca cada vez mais território. É mostrar para o tráfico que o estado tem força” Secretário José Maria Beltrame [5].

Novos enfrentamentos ocorreram em março, desta vez em diversos pontos da cidade, incluindo ataques dirigidos à UPP [6].

No dia 21 de março de 2014, o Governador Cabral solicitou apoio do Governo Federal no sentido de empregar as Forças Armadas em apoio às ações dos órgãos de segurança pública (OSP), à semelhança do que fora executado entre 2010 e 2012, no Complexo do Alemão, quando foi desencadeada a chamada Operação Arcanjo [7].

Já em 24 de março, representantes do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Segurança Pública Estadual, do Comando Militar do Leste, que recebia apoio do Comando de Operações Terrestres, entre outras autoridades reuniram-se para iniciar o planejamento para o emprego do EB em apoio aos OSP em operações de GLO no Complexo da Maré [8].

No início do mês de abril, foi desencadeada a Operação São Francisco I, com a missão

de restabelecer a lei e a ordem, bem como assegurar aos moradores da Maré o pleno exercício da cidadania. A missão foi atribuída à Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) e ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil (MB), que atuariam com apoio de uma companhia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e representações de diferentes órgãos de segurança pública, atuando de forma integrada às tropas federais.

A participação do Esqd C Mec da 1ª Bda C Mec só viria a se concretizar a partir de maio de 2014, como parte do contingente que substituiu a Bda Inf Pqdt. Vindo de sua concentração em Santa Maria-RS, a Força de Pacificação Niederauer (F Pac Niederauer), comandada pelo General de Brigada Comandante da 6ª Brigada de Infantaria



Vista do bairro Nova Holanda.

Foto: Cap William, do 1º RC/Mec



Foto: Cap William do 1º RCMec

Um militar guardando um posto de observação.

Blindada, assumiu a responsabilidade de conduzir as operações no Complexo da Maré, a partir de maio [9].

Essa força, que integrou a Operação São Francisco II, contou com uma organização mista, que incluiu militares de unidades do Comando Militar do Sul (CMS) e do Comando Militar do Leste (CML) [10]. O Esqd C Mec que a integrou foi constituído de dois Pelotões (Pel) C Mec e um Pel de Infantaria Mecanizado (Pel Inf Mec) do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado (33º BI Mec), de Cascavel-PR, dotado de viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) Guarani, sob o comando deste autor [11]. Também foram incorporadas equipes de inteligência, comunicação social, operações de apoio à informação e uma seção de assuntos civis ao efetivo da F Pac Niederauer.

A PMERJ participou com um Comando de Polícia Militar e o 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM) [12]. A atuação isolada de pessoal deste último foi restringida, em função dos imperativos de coordenação e controle

que essa forma de atuação demandava. A mesma regra foi aplicada à atuação de quaisquer elementos não integrantes da Força, pela mesma razão [13].

O AMBIENTE OPERACIONAL

O Complexo da Maré é um conjunto de dezesseis comunidades de moradores, formado por ruelas, becos e construções apinhadas, com acabamento e infraestrutura precários, que foram sendo erguidas em meio a pequenas ilhas e manguezais à margem da baía de Guanabara, a partir dos anos 1940. Famílias desalojadas por obras urbanísticas e viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro passaram a construir casas sobre palafitas naquele local, vivendo, sobretudo, da pesca.

A região foi sendo paulatinamente aterrada, com rejeitos de obras e entulho transportado de outros pontos da cidade por caminhões do serviço público. Hoje, a Maré abriga cerca de cento e trinta mil pessoas e é considerada o maior complexo de favelas da capital carioca. É também uma das áreas

mais pobres da cidade. Em 2010, o índice de desenvolvimento humano (IDH) da região foi o 123º colocado, entre as 126 áreas administrativas do Rio [14].

A Maré fica localizada próxima às três principais vias expressas da cidade: a Avenida Brasil, a Linha Amarela e a Linha Vermelha, rotas obrigatórias para o aeroporto internacional Tom Jobim, para a cidade de São Paulo e para as zonas norte, oeste e sul da cidade.

Presentes na área os grupos criminosos Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e milícias [15]. Esses grupos criminosos são constituídos, na sua maioria, por jovens do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 35 anos. Muitas crianças e mulheres, inclusive grávidas, estão envolvidas diretamente com o tráfico – são olheiros, mensageiros, “fogueiros” e vendedores de droga. Algumas delas participavam dos enfrentamentos. As armas utilizadas contra a tropa por esses grupos variaram desde pistolas e fuzis de diversos calibres até pedras, tijolos, garrafas, fogos de artifício, estilingues.

Foram identificadas, também, simulacros de armas feitas com canos de PVC e armas de pressão que utilizam projéteis plásticos não letais, que se assemelham a fuzil verdadeiros, conhecidos como *airsoft*.

AS FRAÇÕES DE EMPREGO DO ESQUADRÃO

Sem dúvida a subunidade mais atípica dentre todas que foram empregadas no Complexo da Maré, o Esqd C Mec da F Pac foi organizado de modo distinto de uma subunidade de cavalaria do EB.

Antes de embarcar para o Rio de Janeiro, a diretoria de preparo da F Pac Niederauer determinou que o Esqd C Mec adestrasse seu

efetivo para atuar nas operações de pacificação nos meses de junho e julho, designando oficiais e sargentos para realizarem o estágio no Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem (CIGLO) e alguns de seus militares para o estágio de moto patrulhamento.

Apesar de ter três pelotões inicialmente previstos, o Esqd C Mec acabou atuando apenas com os dois Pel C Mec, pois no curso das operações houve a decisão de passar o Pel Inf Mec à Força-Tarefa 29º Batalhão de Infantaria Blindado (FT 29º BIB). Contudo, durante algumas tarefas no transcorrer da missão, esse

Pel Inf Mec atuou em conjunto com o Esqd, principalmente na execução de operações de cerco.

O efetivo previsto de cada pelotão era de quarenta e três homens, distribuídos em um grupo de comando, um grupo de patrulha leve, um grupo de patrulha mecanizado e um grupo de motociclistas.

Estabelecer a função de oficial de logística da subunidade foi uma solicitação acertada e aceita pelo comando da F Pac, diante da necessidade de des-

locar um militar para dar início aos preparativos do recebimento dos equipamentos, armamentos, viaturas e outros meios na Base de Apoio Logístico do Exército, além de verificar as acomodações da tropa nas instalações do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º R C Mec) [16].

Normalmente, a questão logística é coordenada pelo subcomandante da subunidade, mas as demandas relacionadas ao preparo da tropa (instrução e treinamento) e a complexidade de tarefas a executar com o planejamento e coordenação das operações recomendaram manter esse militar dedicado exclusivamente a essas atribuições [17].

O esquadrão deslocou-se para seu setor

Normalmente, a questão logística é coordenada pelo subcomandante da subunidade, mas as demandas relacionadas ao preparo da tropa e a complexidade de tarefas a executar com o planejamento e coordenação das operações recomendaram manter esse militar dedicado exclusivamente a essas atribuições.

no Complexo da Maré, ocupando a sua base no Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA). Em função da quantidade de viaturas recebidas, os pelotões foram reorganizados com uma constituição de quatro grupos de patrulha (G Pa) e uma seção de motos (três motos guarnecidas por seis patrulheiros), os quais passaram a ser empregados de duas formas, de acordo com a situação. Durante o dia, atuavam com as seções de moto e de patrulhamento (3 viaturas Marruá Cargo). À noite, o patrulhamento era prioritariamente mecanizado (2 viaturas EE-11 Urutu), com apoio das seções de moto e as viaturas Marruá Cargo.

O APRESTAMENTO

Para esse tipo de missão, os pelotões precisaram realizar uma série de treinamentos específicos, incluindo módulos de tiro e

adaptações de seus procedimentos em função das alterações no efetivo e na organização.

O equipamento individual adquirido foi distribuído e passou a dotar todos os militares – capacete e colete balísticos, óculos de proteção, poncho, porta-rádio, coldre, colete tático, bernal de perna, porta carregador de fuzil e porta granada, joelheiras e cotoveleiras. Os equipamentos individuais fornecidos pela cadeia de suprimento atenderam bem às necessidades da missão, tendo sido necessário apenas substituir o coldre original do colete tático por um de peito, mais prático, ante o constante embarcar e desembarcar das tropas e do pouco espaço nas viaturas para acessórios presos à perna, principalmente do Urutu.

A tropa conduziu tanto seu armamento letal (primário e secundário), quanto o menos



Viatura Marruá com o adesivo do “disque-pacificação”.

letal, com as respectivas munições [18]. De acordo com a missão, os G Pa tinham no mínimo dois armamentos menos letais e um kit de primeiros socorros confeccionado pelas próprias frações. Houve grande demanda de munição menos letal, o que levou à necessidade de pronto ressuprimento pelo Destacamento Logístico da F Pac.

No tocante às viaturas, a Marruá Cargo foi adaptada, com a remoção do toldo da carroceria para facilitar a observação e permitir que a tropa pudesse prover segurança nos 360° em torno da viatura e também para cima, uma vez que a maioria das ameaças contra a tropa vinha de lajes das edificações de três andares ou mais, abundantes na comunidade. As portas dianteiras da viatura também foram removidas, para facilitar o rápido desembarque do chefe da viatura e do motorista.

O equipamento de comunicações empregado permitiu um alcance pleno de toda a área de operações, com transmissão segura da fonia, impedindo qualquer forma

de interceptação [19].

O comandante de pelotão recebeu um celular funcional com o aplicativo Pacificador, um programa desenvolvido pelo EB para celulares com sistema operacional *Android*, que funciona como um receptor/transmissor integrado com toda a F Pac, permitindo ao escalão superior conhecer as coordenadas geográficas de todas as patrulhas, em tempo real.

Outros aplicativos para celular provaram ser muito úteis, tais como o Sinesp (aplicativo do governo federal que permite checar em tempo real a ficha criminal de qualquer indivíduo que tenha registro nacional), o *Whatsapp* (aplicativo usado como meio alternativo para o disque-denúncia, cujo número ficava afixado na tampa traseira da viatura Marruá), o *Google Earth* e o *Waze*, que foi amplamente utilizado por comandantes de pelotões e adjuntos [20].

Embora a maioria desses aplicativos não seja de uso militar, não podíamos desprezar o seu valor e utilidade para a missão que



Um grupo de patrulha atuando em um posto fixo

executávamos – até porque os grupos criminosos os têm usado de forma ampla, como foi constatado durante a operação.

EMPREGO CENTRALIZADO

Os G Pa possuíam praticamente a mesma composição dos grupos de combate da organização dos RC e BI. Com dez homens, o G Pa tinha um comandante, um motorista e duas esquadras com quatro homens cada (o atirador da metralhadora do Urutu é suprimido para esse tipo de missão). A diferença estava na forma como eram empregados e no armamento que conduziam para as missões.

A diretriz inicial previa que o efetivo mínimo de emprego seria o G Pa. Na composição dos meios, o Esqd estava enquadrado na reserva da F Pac e recebeu as seguintes missões: coordenar suas ações com as forças-tarefa (FT); realizar o patrulhamento motorizado e mecanizado em todos os setores da área de responsabilidade; planejar seu emprego com prioridade diferenciada, considerando as áreas de maior atividade dos APOP; preparar a carta de trafegabilidade das viaturas blindadas e ficar em condições de reforçar qualquer setor.

Em três dias de operação, todas as ruas e vielas foram reconhecidas e a carta de trafegabilidade entregue ao comando da F Pac. Contudo, logo após a primeira semana, destinada basicamente ao reconhecimento de toda a área do Complexo da Maré, o Esqd já operava somente com dois pelotões. As patrulhas foram realizadas em praticamente toda a área, com exceção dos setores de responsabilidade do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e os setores de Roquete Pinto e Praia de Ramos.

Em face dessa evolução dinâmica de emprego do Esqd, os pelotões passaram a ser empregados doze horas por dia, em patrulhas que duravam quatro horas, caso não houvesse ocorrências de grande vulto. Cabia ao comando do Esqd planejar as ações de modo que todo o setor de responsabilidade estivesse coberto por todo o horário imposto.

Para tal, cada G Pa recebia três *check points*. Primeiramente, o grupo deslocava-se realizando um patrulhamento motorizado (durante o dia) até o local previsto para o primeiro *check point*, onde permanecia por, no máximo, trinta minutos.

Durante a realização do *check point*, o G Pa era distribuído de forma que uma esquadra ficava responsável pela segurança do local enquanto a outra realizava as revistas e abordagens de pessoas e veículos. Atingido o tempo limite, o G Pa deixava dois militares na segurança da viatura e iniciava um patrulhamento a pé, nas proximidades. Ao término deste, os militares embarcavam o material de balizamento, adotavam as medidas de segurança para seu próprio embarque e iniciavam o deslocamento para ocupar o próximo *check point*.

Desde o início, percebeu-se que operar com o pelotão fracionado poderia trazer riscos à sua segurança. Durante um patrulhamento no mês de maio, um G Pa que se deslocava no meio de um quarteirão foi atacado por tiros de pistola e fogos de artifício. Quando a patrulha empunhou o armamento para efetuar disparos na direção dos agressores, foi surpreendida com crianças que vinham em sua direção. Além disso, os militares perceberam que a situação no terreno não os favorecia e que poderiam ser cercados. Diante desse risco, o comandante da patrulha decidiu recuar para uma posição mais segura e solicitou reforço.

Independentemente do ambiente operacional em que atuem as subunidades e frações de cavalaria mecanizadas – seja esse predominantemente urbano ou rural – e das adaptações que estas venham a sofrer no seu efetivo ou no seu material, os comandos enquadantes poderão empregá-las com total flexibilidade.

Essa ação dos criminosos, envolvendo civis e utilizando-se de áreas para emboscadas, provocou uma mudança no *modus operandi* que buscou explorar uma das características da arma de cavalaria: o emprego do pelotão de forma centralizada na área de operações. Isso permitiu eficiência e eficácia nas ações, aumentando a segurança dos militares e da própria população que recebia ordens dos grupos para causar danos à tropa quando alguém fosse detido. A resposta da tropa era imediata para a apreensão dos meliantes e dispersão das turbas. O emprego passou a ser semelhante, sendo que o *check point* era operado continuamente, enquanto os outros dois G Pa e a seção de motos patrulhavam em um perímetro maior. Esta adoção aumentou o número de apreensões de ilícitos e pessoas criminosas.

O EMPREGO DAS MOTOCICLETAS

O terreno plano do Complexo da Maré facilitou para que o Governo do Estado alocasse obras de infraestrutura como, por exemplo, o revestimento asfáltico e de saneamento básico. O projeto de urbanização permitiu que as casas fossem construídas, em grande parte, seguindo um traçado linear e com espaço suficiente entre as quadras.

Mas existiam inúmeras vielas e becos estreitos demais para que as viaturas trafegassem durante o patrulhamento. Em geral, era nesses locais que o crime organizado estava mais atuante, pois a venda e o consumo de drogas eram facilitados pela proteção à observação dos militares e, também, porque permitia uma evacuação para diversas direções. Era nessas condições que a mobilidade e a agilidade das motocicletas dos pelotões proporcionavam efetividade à tropa.

A seção de motos era composta por seis militares, sendo três pilotos e três garupas. Dois garupas eram dotados de espingarda com munição menos letal e o terceiro portava o parafal com munição letal. A sistemática de emprego da seção baseava-se no planejamento centralizado e execução descentralizada, visto que a seção saía juntamente com o G Pa no itinerário previsto. Durante o percurso executado a comando do comandante da seção, as motos seguiam

tanto por itinerários fáceis como por aqueles de difícil trafegabilidade.

Nessa ação, as motos imprimiam velocidade e entravam em todas as vielas que havia no bairro. Por diversas vezes a seção deparou-se com traficantes que foram surpreendidos e não tiveram tempo de reagir. Quando conseguiam escapar, deixavam para trás as mochilas contendo, principalmente, maconha e cocaína, além de dinheiro fruto da venda dessas drogas ilícitas. O fator surpresa fazia com que, ao avistarem as motocicletas, algumas pessoas mudassem de direção ou apresentassem uma atitude suspeita.

Esse patrulhamento era feito dentro de uma distância de segurança, pois o piloto da moto apesar de estar portando uma pistola, deveria concentrar-se na condução do veículo, evitando que se tornasse alvo da ação direta dos meliantes. Mesmo estando os garupas em condições de efetuar prisões, pelo fato de estarem bem armados, eles poderiam ser cercados facilmente e não terem uma rota de fuga nesse tipo de situação.

Cabia ao G Pa deslocar-se para o local da ocorrência logo após o acionamento via rádio e empregar o princípio da massa para efetuar as prisões que se fizessem necessárias, bem como estabelecer a segurança do perímetro. Nesse momento as motocicletas deixavam o local e ficavam à distância segura.

O EMPREGO DOS BLINDADOS

Com a carta de trafegabilidade pronta no início da operação – e graças ao patrulhamento diurno – os militares conheciam todas as ruas pelas quais os blindados sobre rodas poderiam transitar. O comando da F Pac emitiu ordem para que essas viaturas fossem utilizadas durante a noite ou no caso de acionamento da reserva. Basicamente, o seu emprego era o mesmo das viaturas Marruá, com o acréscimo, obviamente, da proteção blindada.

A mobilidade do pelotão não foi afetada significativamente pelas restrições às viaturas blindadas, pois as Marruá e motocicletas complementavam as necessidades de patrulhamento e circulação.

O fator psicológico que este blindado causava na população e nos criminosos foi

devidamente comprovado em duas ações de grande vulto, nas quais o Esqd foi empregado como reserva da F Pac. Certa ocasião, durante um patrulhamento noturno, no momento um *CHECK POINT* era desocupado, um pelotão foi atingido por garrafas e pedras arremessadas por cerca de vinte pessoas, concentradas a cinquenta metros de distância. A tropa adotou um dispositivo de segurança, informou o escalão superior sobre a situação e foi enviado reforço.

Contudo, apesar de a tropa estar em atitude defensiva em relação à turba, a quantidade de populares aumentou rapidamente, chegando a quase quatrocentas pessoas. Disparos de pistola e de fuzil começaram a ser direcionados contra ela. Houve troca de tiros, com a tropa agindo dentro das regras de engajamento estabelecidas.

A mobilidade, a proteção blindada e a ação de choque foram fundamentais para o sucesso desse conflito. No momento em que os G Pa posicionaram-se à retaguarda dos blindados e esses iniciaram seu deslocamento em direção à turba, ficou claro que os populares não tinham como resistir. O grupo se dispersou, cessaram os disparos contra a tropa e não houve militares feridos. Os meliantes que estavam infiltrados entre os populares fugiram.

CONCLUSÃO

Ficou claro que, independentemente do ambiente operacional em que atuem as subunidades e frações de cavalaria mecanizadas – seja esse predominantemente

urbano ou rural – e das adaptações que estas venham a sofrer no seu efetivo ou no seu material, os comandos enquadrantes que conhecerem perfeitamente suas características poderão empregá-las com total flexibilidade, ajustando-as *ad hoc* às condições encontradas no terreno. Essa, aliás, é uma característica que torna as unidades de cavalaria mecanizadas particularmente adequadas ao emprego em operações no amplo espectro.

Também ficou confirmada a importância do trabalho conjunto com a inteligência na organização do banco de dados fundamental à operação em áreas com tal complexidade. No ambiente urbano do Complexo da Maré, o conhecimento prévio do terreno e do *modus operandi* dos criminosos – e de suas constantes evoluções – permitiu ao comandante adestrar a sua tropa para todas as situações que ele poderia enfrentar, restando-lhe apenas adaptar seu planejamento às circunstâncias do momento, durante as operações. Sob o ponto de vista de emprego da tropa, essa atuação eficaz permitiu evitar a ocorrência de baixas, durante a operação São Francisco II.

Finalmente, podemos afirmar que o sucesso da missão no Complexo da Maré foi conquistado graças ao preparo adequado e à atuação competente dos sucessivos contingentes, o que efetivamente retirou a liberdade de ação dos grupos criminosos e criou condições para que o Estado implemente seus projetos.

REFERÊNCIAS/NOTAS

[1] Após a proclamação da República, com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, o texto constitucional passou a prever no seu art. 6º, inciso 3º, que o governo federal não poderia intervir nos Estados da Federação, exceto para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos. A idéia de posicionar as Forças Armadas como garantidoras da ordem é repetida nas Constituições de 1934 (art. 162), de 1937 (art. 166, *in fine*), de 1946 (art. 177), de 1967 (art. 92, §1º), de 1969 (art. 91) e, finalmente, no art. 142 da Constituição Federal de 1988. Esse texto encontra-se disponível no artigo “As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem sob uma perspectiva histórica e social”, na internet na página da *Jus Navegandi*, em janeiro de 2007 em <http://jus.com.br/artigos/9392/as-forcas-armadas-e-a-garantia-da-lei-e-da-ordem-sob-uma-perspectiva-historica-e-social#ixzz3KTdgABqE>.

[2] A 1ª Bda C Mec – Brigada José Luís Menna Barreto – é uma tradicional Grande Unidade do EB, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com sua sede no município gaúcho de Santiago.

[3] “Complexo da Maré será a próxima região a ser pacificada” publicado por Luciana Nunes e Marcelo Gomes, no Jornal O Estado de São Paulo, edição de 04 de Julho de 2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,complexo-da-mare-sera-a-proxima-regiao-a-ser-pacificada,1050168>.

[4] A decisão foi anunciada como uma reação à crescente violência na comunidade carioca, que havia culminado com a morte de dez pessoas durante uma troca de tiros entre traficantes e policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), entre a noite do dia 24 e a manhã do dia 25 de junho de 2013.

[5] “Beltrame diz que Exército vai assumir ocupação do Complexo da Maré”, disponível em <http://www.cbnfz.com.br/editorial/brasil/rio-de-janeiro/24032014-113286-beltrame-diz-que-exercito-vai-assumir-ocupacao-do-complexo-da-mare>.

[6] Diretriz de Preparo da Força de Pacificação Niederauer para o emprego na Operação São Francisco II, de 10 de abril de 2014.

[7] Ibid.

[8]. A Presidenta da República considerou o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com fundamento no Decreto nº 3.897/2001 e nas condições solicitadas pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro (atuação no Complexo da Maré, a partir do início de abril e por um período de quatro meses), sendo a situação institucional de normalidade. O emprego de uma Força de Pacificação, constituída por tropas do Exército e da Marinha, foi definido, com base no Aviso Presidencial Nr 106, de 31 de março de 2014, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e Diretriz Ministerial Nr 9/2014, assinada pelo Ministro da Defesa, de 31 de março de 2014, que encontram amparo, dentre outros dispositivos legais, na Constituição Federal de 1988 e Leis Complementares 97/1999 e 136/2010, com previsão de término de atuação naquele complexo de favelas, em 31 de julho de 2014. O texto encontra-se na Diretriz de Preparo da Força de Pacificação Niederauer para o emprego na Operação São Francisco II, de 10 de abril de 2014.

[9] A transmissão da responsabilidade da Bda Inf Pqdt para a 6ª Bda Inf Bld ocorreu no dia 31 de maio de 2014, após duas semanas de treinamento específico na região da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

[10] Um batalhão foi organizado a partir do 29º Batalhão de Infantaria Blindado – Batalhão Cidade de Santa Maria – que recebeu pessoal do núcleo base de Organizações Militares da 3ª Divisão de Exército (da própria 6ª Bda Inf Bld; da 1ª Bda C Mec; da 2ª Bda C Mec, sediada em Uruguaiana-RS; da 3ª Bda C Mec, sediada em Bagé-RS; e da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército, sediada em Cruz Alta-RS. Dois Batalhões da Força de Pacificação foram integrados por militares de unidades sediadas no Rio de Janeiro. Foram integrados, ainda, um Grupamento Operativo do CFN/MB e um Destacamento Logístico, que foi mobiliado pelo 4º Batalhão Logístico, orgânico da 6ª Bda Inf Bld (Santa Maria-RS).

[11] Ambos os pelotões de cavalaria mecanizados eram da 1ª Bda C Mec: um do 1º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Itaqui - RS) e outro do 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Santa Rosa - RS).

[12] Diretriz de Preparo da Força de Pacificação Niederauer para o emprego na Operação São Francisco II, de 10 de abril de 2014.

[13] Artigo “Considerações Sobre a Força de Pacificação Empregada no Rio de Janeiro do Tenente-Coronel Carlos Alberto Klinguelfus Mendes, EB”.

[14] Revista “Retrato do Brasil”, de São Paulo – SP. Disponível em <http://www.blogdaretrato.com.br/2014/07/mare-vida-sob-ocupacao.html>, do dia 21 de julho de 2014.

[15] O CV dominava as comunidades de Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque União e Parque Maré; o TCP domina grande parte do complexo em Vila do Pinheiro, Vila do João, Salsa e Merengue, Baixa do Sapateiro, Vila Esperança, Morro do Timbau, Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré. As milícias controlam o lado norte, que são as comunidades de Roque Pinto e Praia de Ramos.

[16] Essa função foi bem conduzida pelo Capitão de Cavalaria Diogo Antônio Martins e teve início a partir de seu deslocamento, um mês antes do início da operação.

[17] A função de subcomandante do Esqd C Mec foi desempenhada pelo Capitão de Cavalaria William Sebastian Pietnozka Rodrigues. Além de substituto eventual do comandante, o subcomandante é o responsável pelas atividades e tarefas relacionadas à função de combate inteligência, bem como o controle do pessoal.

[18] O armamento primário era o fuzil 7,62 mm Imbel ParaFal e o secundário, a pistola Beretta 9 mm. Cada pelotão recebeu dezessete miras holográficas – assessórias ao fuzil – distribuídas dentro dos G Pa, a critério dos comandantes de grupo. Além disso, o armamento menos letal de cada pelotão era constituído por desesseis espingardas calibre 12 e seis lançadores de granada calibre 37/38.

[19] Os rádios de comunicações principais eram do modelo *Sepura*.

[20] O Waze permitiu manter a orientação com precisão naquele ambiente urbano específico, funcionando bem mesmo sem sinal de internet, bastando ter um celular ou *tablet* na viatura.

